

**AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.136 - PA (2019/0197210-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**AGRAVANTE** : RICARDO JOSE PESSANHA LAURIA  
**ADVOGADO** : WILLIBALD QUINTANILHA BIBAS NETTO E OUTRO(S) -  
PA017699  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO. PRISÃO TEMPORÁRIA CONVERTIDA EM PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO CONSTRITIVO. TESE JÁ EXAMINADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO RHC N. 107.415/PA. REITERAÇÃO DE PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE. FATO NOVO. NECESSIDADE DE NOVA FUNDAMENTAÇÃO PARA A SEGREGAÇÃO. VIA INADEQUADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não há como se examinar os fundamentos da prisão preventiva decretada em desfavor do agravante, uma vez que a matéria já foi examinada pelo Superior Tribunal de Justiça no RHC n. 107.415/PA, tratando-se, assim, de mera reiteração de pedido, não havendo qualquer fato capaz de dar ensejo a nova análise por este Tribunal, no ponto.

2. Além disso, a aventada existência de fato novo – confissão do executor do crime – que, supostamente, obrigaria nova fundamentação do decreto preventivo é questão que não pode ser dirimida na via estreita do *habeas corpus*, por demandar o reexame aprofundado dos elementos coletados na instrução criminal.

3. Agravo regimental desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Joel Ilan Paciornik e Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO JORGE MUSSI**

**Relator**